

# A INSERÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Ana Paula Rampi<sup>1</sup>

## Resumo

Este texto é um recorte de uma dissertação de Mestrado Acadêmico em Educação em construção. Trata-se de um estudo de caráter bibliográfico no qual se busca as primeiras bases teóricas do objeto em análise. Ele reflete acerca da inserção da Economia Solidária na Educação do Campo como um modo de viver antagônico ao capitalismo globalizante e hegemônico, dentro das perspectivas de Mészáros (2005) onde as soluções para a educação emancipadora não estão pautadas somente na educação formal, mas também nas modalidades da educação informal e não formal. Na formalidade do mercado existe a imposição e a hierarquização da estrutura de trabalho que nutre e mantém o sistema de capital pela exploração e a acumulação de renda e bens. Na procura de uma prática contra hegemônica, o texto se afilia ao pensamento de Paul Singer para quem a Economia Solidária se orienta por um conjunto de princípios, entre os quais, o reconhecimento da construção de autonomia e de emancipação das classes trabalhadoras subalternas invisibilizadas pelos setores dominantes do modo de produção capitalista da existência. As origens da organização econômica da sociedade e sua relação com os movimentos sociais referenciado na Ideologia Alemã de Marx e Engels também reforçam a aplicação da Economia Solidária. Consequentemente, este trabalho põe em cena o conhecimento daqueles segmentos sociais considerados improdutivos, excluídos e inferiores, que faz repensar as bases teóricas e metodológicas do movimento social da Economia Solidária ao respeitar às diferentes culturas e reconhecer aí conhecimentos junto aos segmentos excluídos do modo de pensar europeizado ou ocidentalizado, e ainda a importância da troca de transmissão de saberes e fazeres, com um sistema de educação e conscientização voltado para a inclusão social e econômica dos indivíduos. Pressupõe-se que a Economia Solidária inserida na Educação do Campo pode despertar a conscientização dos seus sujeitos para a existência de outra forma de organização econômica, que permite produzir e viver plenamente sem ficar refém do sistema do capital, sendo agregada ao cotidiano do saber e fazer da Educação do Campo, desde as atividades mais simples até as mais complexas, como a integração de experiência vividas pelos Empreendimentos de Economia Solidária existentes na comunidade com as práticas da Educação do Campo compreendidas como ações educativas dentro e para além da escola situada no meio rural.

---

<sup>1</sup> Graduada em Economia pela Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), Pós-graduada em Gestão Estratégica de Investimentos na UNIPLAC, Metodologia do Ensino Superior na UNIPLAC, MBA em Finanças e Controladoria pela FURB/INPG e Mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da UNIPLAC. E-mail: anaunimed@hotmail.com.

## A INSERÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Este texto busca refletir sobre a inserção da Economia Solidária na Educação do Campo, pressupondo a articulação de duas políticas públicas<sup>2</sup> ou a interface de duas práticas sociais educativas. Ou seja, de um lado, a presença ativa de empreendimentos de Economia Solidária na comunidade do campo disseminando a cultura desta ação coletiva pela comunidade afora. Por outro, os sujeitos relacionados com a Educação do Campo materializado na escola do campo, professores, alunos, pais, interessados em assumir na prática educativa escolar, os valores e princípios da Economia Solidária.

Economia Solidária na Educação do Campo propõe a ideia de que aquela está para além do fazer a crítica ao capitalismo, procura discutir dentro da teoria histórico-crítica o sistema do capital impregnado na sociedade, e neste caso, ao fazer um paralelo com o que Demo (2010) declara sobre ideia fixa com o capitalismo latente aqui questionado, logo pode se dizer que este sistema não tem apreço crítico e nem tão pouco autocrítica, o que conduz a sociedade ao individualismo, assim a sociedade se fragmenta cada vez mais e sem observar que as decisões individuais interferem no contexto geral da humanidade, os humanos são capazes de construir a história, mas também tem o poder de mantê-la inerte ou ainda destruí-la sem oportunizar a reconstrução.

Questionar o capitalismo e apresentar outra forma de organização socioeconômica é uma necessidade urgente para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável, pois segundo Frigotto (2010, p.25) o sistema capitalista traz em toda sua trajetória histórica o desenvolvimento desigual e combinado. Esta revelação surge ao explicar no caso do Brasil, a subordinação da burguesia brasileira aos centros hegemônicos do capital, sendo este o motivo pelo qual é combinado, sendo desigual devido à superexploração do trabalhador. Como em qualquer outro lugar em que existe o sistema do capital, a sociedade brasileira convive com a concentração da renda, da propriedade e do poder político. Nos empreendimentos de Economia Solidária, capital e trabalho são vinculados às mesmas pessoas, onde é inaceitável a ideia de que a conformidade econômica possa estar acima das pessoas. “(...) a solidariedade

---

<sup>2</sup> O entendimento de políticas públicas neste trabalho vem do enfoque de Boneti (2012, p.89) de que ela surge com a participação da população em toda a sua construção, desde a ideia inicial até a sua operacionalização, onde Estado e sociedade civil são pensadas dentro da mesma instância. Porém, “Considerando a organização política e econômica que se tem hoje, as políticas públicas se constituem no resultado de uma correlação de forças sociais, conjugando interesses específicos e/ou economicamente dominante têm prevalência, mas não unanimidade.”

vivida no interior dos empreendimentos externaliza-se, com chances consideráveis de transferir os princípios já internalizados, de tolerância, confiança e cooperação para as condutas no espaço público. Assim, a economia solidária seria praticante e difusora de uma solidariedade de estilo democrático.” (GAIGER, 2008, pág. 14).

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. (SINGER, 2002, p.10)

Na empresa solidária, segundo Singer (2002), os sócios participantes do empreendimento tomam as decisões coletivamente, democraticamente, ou seja, dentro das práticas da autogestão. Esse é o grande diferencial entre a economia capitalista e a economia solidária, na capitalista o poder e o interesse hierarquizado dos sócios, de acordo com o capital aplicado, está acima de tudo, já na Economia Solidária têm-se primeiramente os interesses pela coletividade.

Marx e Engels (1986, p. 44-49) fazem críticas severas ao processo de divisão capitalista de trabalho, onde os trabalhadores parecem estar livres, mas de fato não estão. Essa proposta provoca uma distribuição desigual tanto do trabalho quanto de produtos, pois tem certas atividades que são inferiorizadas no processo produtivo, e por isso a remuneração é menor, ou em certos casos inexistente, ou seja, a divisão de trabalho está a serviço da coletividade, mas sob o poder de interesses particulares, de um grupo ou indivíduo dominante. Porém, se “O poder social, isto é, a força produtiva multiplicada que nasce da cooperação de vários indivíduos exigida pela divisão do trabalho,” como afirmam (MARX; ENGELS, 1986, p.49) é possível conceber novas formas de organização do trabalho onde cada indivíduo encontra e reconhece sua capacidade, habilidade e aptidão. O que significa contribuir, cooperar e produzir coletivamente, sem a existência de uma imposição à determinada atividade, assim como na Economia Solidária, uma união de sujeitos que mantém sob seu controle as relações de livre desenvolvimento de uma atividade afim, o que torna a organização do trabalho, acima de tudo humana e que respeita as limitações e a diversidade de pensamentos existentes entre os indivíduos.

Neste sentido, para Singer (2002) a Economia Solidária, surge dentro dos mesmos princípios universais do cooperativismo: Uma pessoa tem direito a um voto independente do capital integralizado, porta aberta para receber todas as pessoas que tiverem interesse em participar, divisão de sobras proporcionais, taxa de juros fixa, empenho na educação e

imparcialidade nas questões religiosas e políticas.

O que distingue esse 'novo cooperativismo' é à volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e a igualdade dentro dos empreendimentos à insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento. Essa mudança está em sintonia com outras transformações contextuais que atingiram de forma profunda os movimentos políticos de esquerda. (SINGER, 2002, p.111)

A Economia Solidária segundo Brasil (2013) compreende-se no conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizado sob a forma de autogestão, com as seguintes características: a) Cooperação: é a organização coletiva com esforços dos participantes por interesses e objetivos comuns, onde a propriedade dos bens é coletiva, os resultados desta união são divididos igualmente e a responsabilidade é solidária; b) Autogestão: está relacionada diretamente com a forma de administrar o empreendimento com a participação de todos os integrantes como verdadeiros sujeitos da ação, em todas as estratégias de trabalho, coordenação e decisões relacionadas com o empreendimento; c) Dimensão Econômica: os participantes unem seus recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo, com a finalidade de viabilizar economicamente a sua atividade, para que esta seja eficaz e efetiva, que respeita a cultura, o ambiente e a sociedade; d) Solidariedade: é encontrada pela justa distribuição dos resultados alcançados; pela oportunidade de melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com o meio ambiente e desenvolvimento sustentável do seu território, e também onde este está inserido; nas relações com a sociedade e os outros movimentos sociais emancipatórios; no respeito pelo trabalho de todos; no interesse pelo bem estar dos trabalhadores e consumidores.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários para Brasil (2013) estão organizados coletivamente em diversas formas. Em geral são associações, cooperativas, grupos de produção, clubes de trocas, onde os participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que autogestionam suas atividades bem como a alocação de recursos e resultados. Elas podem ter ou não em registro legal, o que prevalece é a existência real ou a vida regular da organização. As atividades econômicas também são diversas, desde a produção de bens, prestação de serviços, gestão de fundos de crédito, comércio e consumo solidário. “São milhares de empreendimentos como esses, em todo o país, produzindo, vendendo, comprando solidariamente, gerando trabalho e renda.” (BRASIL, 2013).

O conceito de Economia Solidária ainda está distante da sociedade, pois a estrutura acima apresentada, não é de conhecimento da sociedade. Mas ela existe como política

pública, logo, é de interesse geral da comunidade o seu desenvolvimento. Mas a sociedade está rendida aos princípios do paradigma dominante do capital sobre o trabalho. Por este motivo é importante raciocinar sobre o ato de pensar e questionar, as suas amplitudes, em que esta atividade implica para a quebra de paradigmas presentes na formação econômica da sociedade, onde as relações socioeconômicas encontram-se naturalizadas e o exercício da problematização ou da prática da filosofia da suspeita sobre a vida social, os princípios do mercado não é praticado pelos indivíduos submersos na ideologia do sistema dominante.

Arruda (2002) tem uma visão macro da Economia Solidária, em sua concepção ela é uma alternativa global que está a serviço de toda a sociedade, independente de classes sociais, setor econômico, localização ou ainda da nomenclatura utilizada, o que interessa é a convergência dos princípios. Ele convoca o mundo inteiro e todas as tendências socioeconômicas solidárias, para partilhar deste outro modo de vida, onde o bem estar do indivíduo está acima de tudo, “temos que falar em socioeconomia para identificar uma economia que tem por objetivo o bem-viver e o desenvolvimento integral do ser humano e da sociedade e, portanto, não é capitalista.” (ARRUDA, 2002, p.53).

Singer (2002) encontra na Economia Solidária uma alternativa superior ao capitalismo, não somente em termos econômicos, mas em uma vida melhor, o que significa estar de bem com sua vida profissional e social. A proposta consiste em uma nova relação econômica para uma prática libertadora. Pois as pessoas têm a satisfação de escolher suas atividades.

A outra política da interface com a Economia Solidária enfatizada neste trabalho é a Educação do Campo. Caldart (2012) identifica o início do debate e da construção do conceito da Educação do Campo no Brasil por meio do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), compreendido como seu precursor, dentro do propósito de melhorar as condições educacionais nos assentamentos de Reforma Agrária. Este Movimento reivindica a educação como um direito de todos os cidadão.

Os debates sobre Educação do Campo surgem em 1997 com os preparativos para I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, que aconteceu em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho de 1998, mas passou a ser denominada Educação do Campo, no Seminário Nacional, em Brasília, novembro de 2002, sendo reafirmada em 2004 na II Conferência Nacional, novamente em Luziânia.

Em 2010 foi constituído o Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec), que se institui como interlocutor de política pública junto ao Estado, com o firme propósito de impedir o fechamento das escolas do campo existentes e ampliar estas instituições pelo país, opor-se ao

modelo de desenvolvimento do campo pelo paradigma do agronegócio, bem como defender os movimentos sociais. Caldart (2012) destaca a Educação do Campo como prática social, caracterizada pela luta por acesso a educação, combinada com políticas públicas abrangentes e articulada com os movimentos sociais de trabalhadores.

De 2004 até hoje, as práticas de educação do campo têm se movido pelas contradições do quadro atual, às vezes mais, às vezes menos conflituoso, das relações imbricadas entre campo, educação e políticas públicas. Houve avanços e recuos na disputa do espaço público e da direção político-pedagógica de práticas e programas, assim como na atuação das diferentes organizações de trabalhadores, conforme o cenário das lutas mais amplas e da correlação de forças de cada momento. O enfrentamento das políticas neoliberais para a educação e para a agricultura continua como desafio de sobrevivência. (CALDART, 2012, p. 260).

Ao escrever sobre o desenvolvimento da concepção e práticas da Educação do Campo, Caldart (2010) faz revelações importantes sobre a sua existência, inicia com a lembrança de que as pessoas têm muito mais valor que a simples produção para a lógica do negócio, pois foi firmada justamente para combater essa lógica que condena as famílias ao êxodo. E quando Caldart (2012) cita a prática pedagógica de uma Educação do Campo projetada para o futuro, ela diz que a sua essência consiste na recuperação da formação humana voltada para a construção de novos padrões de relações sociais e formas de produção com trabalho livre e associado.

Com isso, os princípios e valores da Economia Solidária enquanto temática a ser incorporada no projeto político pedagógico, pode ser traduzida nas práticas diárias do desenvolvimento da Educação do Campo como um todo e preparar os seus sujeitos para o saber e o fazer Economia Solidária.

O pensamento de Freire (1980) revela a importância de associar a educação ao trabalho consciente, na sua obra *Conscientização: Teoria e Prática da Libertação*, trás à luz da consciência as questões relacionadas com a política, educação e liberdade, que são fundamentais para a Economia Solidária. Assim, estimulou a participação ativa dos indivíduos nos processos culturais, sociais, políticos e econômicos, pois somente com a melhoria destes processos, na base da educação, onde educador e educando tem condições de se libertar mutuamente, que o indivíduo é capaz de superar a dominação para ser um indivíduo consciente, com a prática de uma educação que liberta, pois o ato de conscientizar exige compromisso, é um processo que não se esgota, é inserir a dialética histórico-crítica, que vai denunciar as ações desumanizantes e anunciar as humanizantes. Estar em busca de aprendizagem quer dizer que o educando já está em processo consciente.

A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se 'dês-vela' a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. (FREIRE, 1980, p.26).

Educação para Freire (1980) é um instrumento que estabelece relações dialéticas com a sociedade onde o sujeito está inserido, pois considera suas raízes, seu espaço e seu tempo, fazendo uma análise geral do seu meio de vida, para que ele realmente se sinta parte integrante do contexto. Uma educação que seja capaz de conscientizar. Faz parte deste conceito também, a capacidade que o sujeito tem de descobrir a si mesmo e os outros, a partir desta realidade constrói relações sociais e reconhece sua relação com o tempo: passado, presente e futuro, exigindo que seja posto em prática o posicionamento desafiador histórico-crítico. Que vai dar origem à cultura, ou seja, a sua contribuição para a sociedade, de algo que o sujeito se esforçou para produzir, da qual ele foi o autor, cultura é transformar o mundo da natureza e o mundo social, é fazer história, a captura de temas da sua época para auxiliar no cumprimento de tarefas atuais, ou ainda com novos temas encontrar valores inéditos.

A solução para Mészáros (2005) está em uma sociedade onde a educação está para além do capital, que busca a liberdade e autonomia humana rompendo com os princípios do neoliberalismo da sociedade capitalista. Esta tarefa de superar essa alienação cabe à educação e só será possível com uma intensa revolução cultural. Neste sentido parte desta revolução cultural está na introdução da Economia Solidária na Educação do Campo, uma estratégia capaz de construir autonomia e emancipação dos povos do campo.

Na ótica do capital, para Mészáros (2005) a educação na lógica do sistema do capital é uma mercadoria que se fortaleceu com o enfraquecimento da educação pública. Com isto os vínculos entre educação e trabalho foram esquecidos, o trabalho é o espelho da educação de uma sociedade, ao observar o movimento do trabalho e sua evolução, se reconhece a educação que esta sendo praticada. Onde o impacto do capital na educação, reproduz a exploração do trabalho como mercadoria, isto é interiorização induz os sujeitos para a sua aceitação, sendo irreversíveis os seus danos.

Mészáros (2005) propõe que as soluções para uma educação não podem ser somente formais, mas também essenciais. Na formalidade sempre existe a dominação da estrutura e a subordinação a uma hierarquia imposta que nutre e mantém o sistema de capital. E imposições sempre levam à brutalidade e violência. “Aqui a questão crucial, sob o domínio do

capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema.” (MÉSZÁROS, 2005, p. 44).

A educação formal para Mézáros (2005) tem um papel importante no processo de internalização acima citado. Reproduzindo o conhecimento dentro do sistema de capital para os educandos de acordo com as atividades que irão exercer nesta sociedade mercantilizada, dentro da perspectiva global os limites e aspirações individuais são inquestionáveis. “Apenas a mais consciente das ações coletivas poderá livrá-los dessa grave e paralisante situação.” (MÉSZÁROS, 2005, p. 44).

Mészáros (2005) se questiona sobre emancipação dos indivíduos, aprendizagem e conhecimento, pois na sociedade de capital, ele se dá apenas pela escola formal, em um sistema de internalização, porém chama a atenção para os ensinamentos de Paracelso ao afirmar: “A aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice”. Pois mesmo fora ou após a saída das instituições de ensino formal, o indivíduo continua aprendendo diariamente com a educação informal, transmitida pelas pessoas de seu convívio, familiares, amigos, colegas de trabalho, enfim com toda comunidade onde vive. No sentido de ampliar as concepções a respeito da educação para seguir no objetivo de mudar e desmistificar radicalmente a lógica do capital, “temos de reivindicar uma educação plena para toda a vida, para que seja possível em perspectiva a sua parte formal, a fim de instituir, também aí, uma reforma radical.” (MÉSZÁROS, 2005, p. 55). Em outras palavras, a inserção da Economia Solidária na Educação do Campo permite os sujeitos envolvidos vivenciarem uma educação que se nutre de práticas para além da educação formal e para além do capital.

A educação passa estar presente durante toda vida da pessoa sem deixar-se influenciar pelo sistema do capital, passa pelo não conformismo e pela superação da soberania do capital, avançar no sentido da aplicação da educação mais abrangente, o que importa em unir a educação formal com a vida dos indivíduos. Para isso a conscientização é importante, pois implica em mudar o modo de ser e de viver como um todo, e não somente na educação, mas também na política, no processo produtivo produção e ainda no convívio social.

Mészáros (2005) considera que romper a lógica do capital na educação é uma tarefa histórica, e é muito mais que simplesmente negar o capitalismo. Vale ser concreto e abrangente, com implicações em transformações qualitativas de reprodução da sociedade, que ocorrem simultaneamente com ênfase na conquista do próprio capital e da sustentabilidade metabólica social, que vai formar produtores livremente associados. Nesse contexto a função da educação é elaborar estratégias apropriadas “para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a



criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente.” (MÉSZÁROS, 2005, p. 65).

No estado de Santa Catarina, percebe-se que o cenário apresentado no campo encontra-se em tempos de disputa por duas propostas: o agronegócio e a agricultura familiar, na visão de Locks (2010, p.9-12), situação acentuada a partir de 1970, com o incentivo do governo às grandes empresas na implantação de monocultivos, como por exemplo, *pinus* e soja. O autor faz apontamentos importantes sobre cada proposta, sendo que a primeira tem sua origem no sistema hegemônico do capital, caracterizando-a como um modelo insustentável para o campo e para a sociedade. A segunda, o agronegócio, um paradigma que considera de desenvolvimento sustentável para o campo, pois oferece novas oportunidades para as famílias envolvidas continuar produzindo a partir da terra onde vivem, com o horizonte da agroecologia que vem como suporte para a segurança alimentar, o agro e ecoturismo que permite valorizar a paisagem e as atividades do meio rural, além de equacionar a questão da distribuição da população rural e urbana.

Para Locks (2010, p.9-10), o agronegócio, a expressão do sistema do capital no campo, gera muitos problemas para a sociedade, um deles é o esvaziamento do campo, pois não deixa opções para a permanência dos jovens, que partem para a cidade em busca da sobrevivência. As pequenas propriedades são tomadas pelos latifúndios, que modificam a estrutura social com a retirada do direito das famílias de acessar a terra, assim temos duas formações preocupantes no território Catarinense: “Desertos azuis são formados pela implantação de grandes hidrelétricas e os desertos verdes são gerados pela presença das monoculturas de pinus e eucalipto.” (LOCKS, 2010, p.9). A agricultura familiar vem se fortalecendo a partir de 1990, quando segundo Locks (2010, p.10-11) esta passou a fazer parte das políticas públicas do governo, mas ela ainda enfrenta muitos problemas além dos empecilhos gerados pelos latifúndios, que são de estrutura social do campesinato, como a sucessão da terra e das atividades que envolvem a agricultura como um todo.

As constantes mudanças tecnológicas do mundo moderno provocadas pelo sistema do capital têm reflexos tanto no campo econômico quanto no campo social. Porém, observa-se que a sociedade não foi e nem está preparada para absorver estas mudanças, de forma a não abandonar sua cultura ou até mesmo a sua própria vida.

Dagnino (2013) chama a atenção para a necessidade de sair da tecnologia convencional capitalista, segmentada, poupadora de mão de obra, ambientalmente insustentável e responsável pela exclusão social, para uma tecnologia social orientada pela geração de trabalho e renda, através da produção autogestionária, realizada por empreendimentos solidários. O que permite a inclusão social dos indivíduos por meios de

produção que não sejam alienados.

Ao discutir sobre a Educação do Campo e Economia Solidária é interessante partir do pressuposto sugerido por Gohn (2010), de que práticas de associações coletivas e livres também produzem conhecimento, portanto são educativas. Tanto na educação do campo como na Economia Solidária, observa-se o movimento social que está intrínseco nestes, pois há uma participação importante da comunidade que supre as necessidades locais não alcançadas pela educação formal, que se auto-organiza e dissemina essas práticas do entorno da escola através do educador social.

Quando Gohn (2010) aborda a educação não formal e sua influência no universo das práticas educativas lembra que: “Articular a educação com os processos de formação dos indivíduos como cidadãos, com a comunidade educativa, é um sonho, uma utopia e uma demanda da sociedade atual.” (GOHN, 2010 p. 15), e Mészáros (2005) também concorda com esta necessidade de uma grande revolução cultural para modificar a maneira de viver.

A educação não formal para Gohn (2010) é adquirida pelos indivíduos, para torná-los cidadãos do mundo, pois age nos aspectos subjetivos de um determinado grupo, para formar a sua identidade coletiva: valores, cultura, política e consciência da coletividade.

A educação não formal na teoria de Gohn (2010) se apresenta dentro de um campo próprio que tem a intencionalidade de emancipar os indivíduos e formá-los para a vida, tendo como dimensões: a aprendizagem para a cidadania, trabalho, desenvolvimento de potencialidades e habilidades em oficinas e laboratório. Faz uma verdadeira associação entre educação e trabalho, a fim de preparar os cidadãos no enfrentamento dos problemas do mundo, bem como compreender o que está acontecendo no mundo como um todo a partir da leitura do está ao seu redor.

Por isso a inserção da Economia Solidária na Educação do Campo pode representar um novo significado para o contexto do campo e seu desenvolvimento, ao associar a prática da educação com trabalho, transferem-se as experiências vividas pelos trabalhadores para o ambiente escolar, sem deixar de considerar a sua integração com o futuro e com o meio global, onde o limite das oscilações existentes é o respeito e a sustentabilidade. Educação com trabalho aproxima a humanidade da realidade, e trabalho com educação liberta a humanidade.

A Economia Solidária no contexto da educação pode estar presente em todas as atividades do ambiente escolar, que acontece ao praticar os seus princípios no ato de educar para cooperação, solidariedade e autonomia, como outra condição de relação social e econômica.

Para Gaiger (2008) em sua pesquisa sobre a Economia Solidária e o valor das

relações sociais vinculantes, a Economia Solidária tende a originar relações de vida social, contendo decisões econômicas que afetam os indivíduos, e decisões sociais que consideram o indivíduo. Uma construção social alternativa que adapta a vida social ao campo econômico de acordo com as regras contidas neste campo. Já na economia capitalista que é reconhecida pela sua produtividade e velocidade de inovação, as relações sociais caminham em sentido abrupto, fato que gera um desencaixe social, pois se transferem as responsabilidades das questões sociais para o Estado, ou então perdem a mercê da benevolência da iniciativa privada. O Estado ao assumir esta parcela da despesa social, assume sua função distributiva perante a sociedade, utiliza parte do que arrecada, desta mesma economia capitalista, para suprir essa necessidade, assim explica-se o desencaixe social da economia.

Gaiger (2008) admite que os valores dos relacionamentos vinculados a Economia Solidária caminham para reciprocidade, justiça e igualdade, o que não consiste em deixar de lado os interesses próprios, mas sim em cooperar pelo coletivo, para atingir seus objetivos individuais. As relações sociais são mistas, envolvem indivíduos de diferentes grupos sociais, étnicos, que porque com o altruísmo as relações mesmo que estejam historicamente escondidos pela face do individualismo.

#### Considerações finais

À guisa das últimas considerações pode-se reiterar o fato de que a Economia Solidária vem desenvolvendo crescentemente por todo o Brasil. A partir de 2003, com a força da sociedade civil organizada vem se constituindo como política pública. Ela está presente no campo e na cidade. Entretanto, muito pouco se sabe acerca de sua possível e necessária articulação com a Educação do Campo. Não resta a menor dúvida de que a organicidade entre estas duas políticas, melhor dizendo, duas práticas educativas, permite o desenvolvimento de sujeitos individuais e coletivos autônomos e emancipados. Pode-se antever neste processo, de um lado, a ruptura com o sistema hegemônico do capital, de outro, a construção de um outro projeto societário cujas bases são os valores da participação, cooperação, auto-gestão, solidariedade e justiça social.

Do ponto de vista histórico observa-se que a Economia Solidária e a Educação do Campo possuem trajetórias distintas e complementares. Suas especificidades são claras, a primeira ocorre entre grupos de sujeitos situados na sociedade civil, unidos por interesses comuns, tendo como base de suas relações a economia, como outro modo de organizar e produzir a existência. Já é sabido que os principais valores da Economia Solidária focam a

solidariedade, a cooperação, a participação, a autogestão a busca do bem estar de todos os sujeitos envolvidos. Como é da lógica do Estado classista, *lócus* de disputa de grupos e de projetos, nas suas contradições vem assimilando elementos desta política por reivindicação do movimento social. A Educação do Campo engloba a educação formal e outras modalidades de educação, incluindo a informal e a não formal. Desde 2002 o Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)<sup>3</sup>, portanto, é o Estado que vem incorporando a Educação do Campo como política oficial, também não sem a força de pressão da sociedade civil organizada. Esta realidade é demonstrada no marco legal, ou seja, resoluções e decretos oficiais sobre a Educação do Campo. A educação não formal tem por intencionalidade a formação do cidadão, o exercício dos direitos. O marco legal da política pública, bem como o Movimento Nacional da Educação do Campo compreendem a escola do campo enquanto um espaço articulador da educação formal e não formal, como já foi reiterado acima. Ou seja, a Educação do Campo assume o desafio de vínculos da educação com processos sociais de formação de novos sujeitos coletivos, com a construção de identidades e pertencimentos coletivos em vista da transformação da sociedade. É nesta perspectiva que propomos a possibilidade de inserção da Economia Solidária às práticas pedagógicas da Educação do Campo.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Marcos. A importância do indivíduo e da diversidade nos caminhos da solidariedade. **Revista Bahia Análise e Dados**. Salvador. SEI v.12, n.1, p. 47-56, Junho 2002. Disponível em: <[http://www.projetovidanocampo.com.br/downloads/entrevista\\_marcos\\_arruda.pdf](http://www.projetovidanocampo.com.br/downloads/entrevista_marcos_arruda.pdf)>. Acesso em: 18/04/2013.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2007. 96 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Apresentação**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=290&Itemid=816](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=816)>. Acesso em: 16/06/2013.

---

<sup>3</sup> “A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) em articulação com os sistemas de ensino implementa políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais. O objetivo da SECADI é contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado a valorização das diferenças e da diversidade, a promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade sócio-ambiental visando a efetivação de políticas públicas transversais e interssetoriais.” (BRASIL, 2013).

BRASIL. Ministério do Trabalho. **As origens recentes da Economia Solidária no Brasil.** Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/as-origens-recentes-da-economia-solidaria-no-brasil.htm>>. Acesso em: 04/05/2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Os empreendimentos Econômicos Solidários.** Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/os-empreendimentos-economicos-solidarios.htm>>. Acesso em: 04/05/2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **O que é Economia Solidária?** Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em: 05/05/2013.

CALDART, Roseli. Ser Educador do Povo do Campo. In: VARELA, Iáscara Almeida (Org). **Educação do Campo: Novas Práticas.** Lages: Grafine, 2010. P. 22-24.

COSTA, Francisco de Assis; CARVALHO; Horácio Martins de. Campesinato. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Apresentação. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012, p.13-19.

DAGNINO, Renato. **A tecnologia social e seus desafios.** Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/site/publicacoes/138/A%20tecnologia%20social%20e%20seus%20desafios.pdf>>. Acesso em: 05/05/2013.

DEMO, Pedro. **Saber Pensar é Questionar.** Brasília: Liber Livro, 2010. 196 p.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação; uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980. 102 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Projeto Societário contra – hegemônico e educação do campo: desafios de conteúdo, método e forma. In: MUNARIN, Antonio; BELTRAME, Sonia; CONDE, Soraya Franzoni; PEIXER, Zilma Izabel (orgs). **Educação do campo: reflexões e perspectivas.** Florianópolis: Insular, 2010, p.19-46.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais.** v.1. São Paulo: Cortez, 2010. 101 p. (Coleção Questões da nossa época).

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Revista Katályses.** Florianópolis v. 11 n. 1 p. 11 – 19 jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v11n1/02.pdf>>. Acesso em: 06/03/2012.

LOCKS, Geraldo Augusto. **Bases para a construção das Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo de Santa Catarina.** Florianópolis: [s.n.], 2010.

LOCKS, Geraldo Augusto. Algumas categorias úteis para pensar a territorialidade da Serra Catarinense. In VARELA, Iáscara Almeida (Org). **Educação do Campo: Novas Práticas.** Lages: Grafine, 2010. p. 4-13.

MARX, Karl Heinrich; ENGELS, Friederich. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MÉSZÁROS, István. **A Educação Para Além do Capital**. TAVARES, Isa (Trad.). São Paulo: Boitempo, 2005. 78 p.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 128 p.